



# **Relatório de Gestão**

**Ano de 2013**



## Índice

<b>Índice .....</b>	<b>2</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1. Sistema Contabilístico .....</b>	<b>3</b>
<b>1.2. O Relatório de Gestão .....</b>	<b>3</b>
<b>2. Dados Estatísticos da Freguesia .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo II .....</b>	<b>4</b>
<b>3. Análise Financeira.....</b>	<b>4</b>
<b>3.1 A Receita .....</b>	<b>5</b>
<b>3.2 A Despesa.....</b>	<b>5</b>
<b>3.3 Tesouraria.....</b>	<b>6</b>
<b>3.4 Os Planos.....</b>	<b>6</b>
<b>3.5 Conclusão.....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo III .....</b>	<b>8</b>
<b>4. Análise Analítica.....</b>	<b>8</b>
<b>4.1 Análise da Receita.....</b>	<b>8</b>
<b>4.2 Análise da Despesa.....</b>	<b>9</b>
<b>4.3 Estrutura da Despesa .....</b>	<b>10</b>
<b>4.4 Resultado.....</b>	<b>11</b>
<b>4.5 Passivos e Ativos .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>12</b>
<b>5. Divergências e Justificativos .....</b>	<b>12</b>
<b>5.1 Divergências .....</b>	<b>12</b>
<b>5.2 Justificativos.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo V .....</b>	<b>13</b>
<b>6. Nota Final .....</b>	<b>13</b>



# Capítulo I

## 1. Introdução

### 1.1. Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2002 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o POCAL – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução das contabilidades patrimonial e de custos e respetiva integração com a contabilidade orçamental.

Foi igualmente previsto um regime simplificado, funcionando em base de caixa e de compromissos, o qual é aplicável às autarquias locais cujo movimento anual de receita não atinja o montante correspondente a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública (€ 343,28) - € 1 716 400,00 em 2013.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a contabilidade orçamental, encontrando-se, por isso dispensadas de implementar as contabilidades patrimonial e de custos (ponto 2.8.2.7 do POCAL).

O regime simplificado é aplicável à Freguesia de Cabo da Praia, em função do respetivo movimento anual de receita.

### 1.2. O Relatório de Gestão

O relatório de gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2013 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril, diplomas estes, revogados pela Lei 73/2013 de 12 de Setembro, contemplando a análise da evolução da situação económica e financeira da autarquia.



## **2. Dados Estatísticos da Freguesia**

A Freguesia de Cabo da Praia inserida no concelho da Vila de Praia da Vitória, composta por uma área de 6,65Km<sup>2</sup> e 712 habitantes (dados INE censos 2011) e com 625 eleitores inscritos. (dados CNE – autárquicas 2013)

## **Capítulo II**

### **3. Análise Financeira**

Pontos mais relevantes:

Na atual Conta de Gerência é importante destacar alguns factos, que pela sua natureza, assumem uma importância acrescida, assim:

As principais receitas desta Autarquia, continuam a ser municiadas pela Administração Central através do Fundo de Financiamento de Freguesias, que em 2013 foi no valor de € 23.155,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 30,86%, no entanto esporadicamente em 2013 vindos da Administração Regional através dos vários Acordos de Cooperação no valor de € 27.909,70 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 37,20%, seguindo-se a Câmara Municipal através dos protocolos de Delegação de Competências, com o valor de € 22.358,44 com impacto percentual de 29,80% e finalmente as receitas próprias da Autarquia num valor total de € 1.597,80 tendo um impacto no orçamento de 2,13%.



### **3.1 A Receita**

No decorrer do ano esta Autarquia conseguiu um total de Receita Corrente Global no valor de € 43.020,94 e Receita de Capital Global no valor de € 32.000,00.

O saldo da Gerência Anterior (2012) foi no valor de € 10.296,24 em saldo orçamental.

O valor total de receita arrecadada neste ano de 2013 foi de € 75.020,94.

### **3.2 A Despesa**

Quanto à Despesa Corrente Global (Despesas de Funcionamento + Plano de Atividades + Plano de Investimentos por Administração Direta), foi neste ano de 2013 no valor de € 35.372,41.

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio substancial da execução orçamental constante da alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto à Despesa de Capital Global (Investimentos diretos) foi neste ano de 2013 no valor de € 36.664,13.



### 3.3 Tesouraria

Durante o ano não foram transacionados quaisquer valores em Operações de Tesouraria.

A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

A Conta à Ordem 56107478/30/001 do BANIF encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de € 16.515,84, sendo o saldo contabilístico à mesma data de € 13.210,62 sendo a divergência existente (€ 3.305,22) justificada pelos pagamentos debitados no banco após o encerramento do ano.

### 3.4 Os Planos

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2013, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 26,78% no valor total investido de € 36.624,54.

O **Plano Plurianual de Atividades**, contendo a mesma visão plurianual do PPI, abrange no entanto as restantes intervenções da Junta de Freguesia em atividades que não sejam investimento, assim, regista-se que a execução financeira do Plano Plurianual de Atividades (PPA) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 75,62% no valor total aplicado de € 11.131,15.



### **3.5 Conclusão**

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2013.

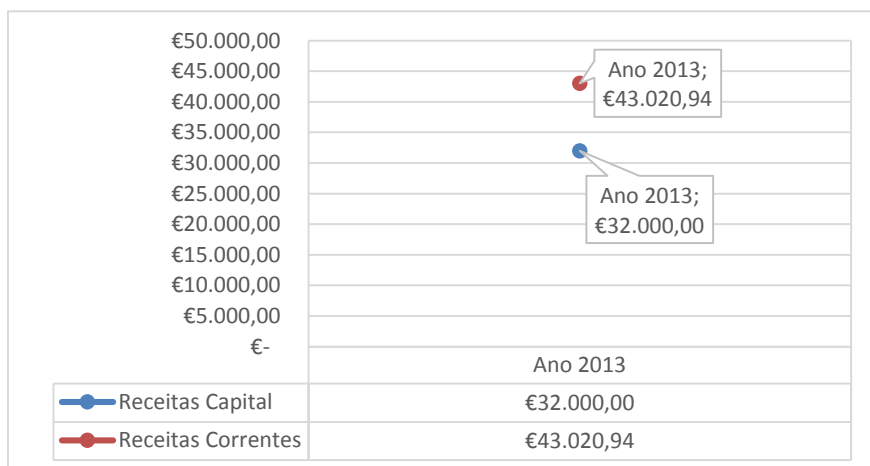
## Capítulo III

### 4. Análise Analítica

#### 4.1 Análise da Receita

As receitas arrecadadas pela Autarquia durante o ano de 2013 ascenderam a € 75.020,94, com um grau de execução orçamental de 42,25%, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Ano - 2013
Receitas Correntes	€ 43.020,94
Receitas de Capital	€ 32.000,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>€ 75.020,94</b>



O destaque percentual das receitas durante 2013:

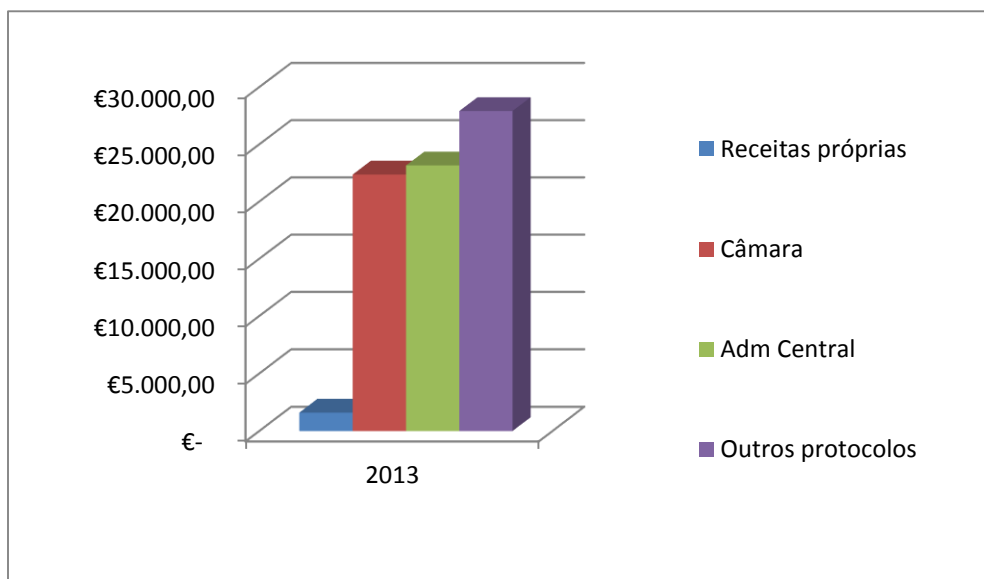
Receitas próprias representaram 2,13% do total de receita;

As receitas provenientes da Câmara Municipal, 29,80%;

As receitas provenientes da Administração Central, 30,86%;

As receitas provenientes de outros protocolos diversos, 37,20%





## 4.2 Análise da Despesa

A despesa pública é a aplicação de recursos da Autarquia para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento social, económico e cultural da Freguesia.

Em 2013, a Junta de Freguesia registou um volume de despesa na ordem dos € 72.036,54, com um grau de execução orçamental de 40,61%, sendo distribuídos da seguinte forma:

	Ano - 2013
Despesas Correntes	€ 35.372,41
Despesas de Capital	€ 36.664,13
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>€ 72.036,54</b>

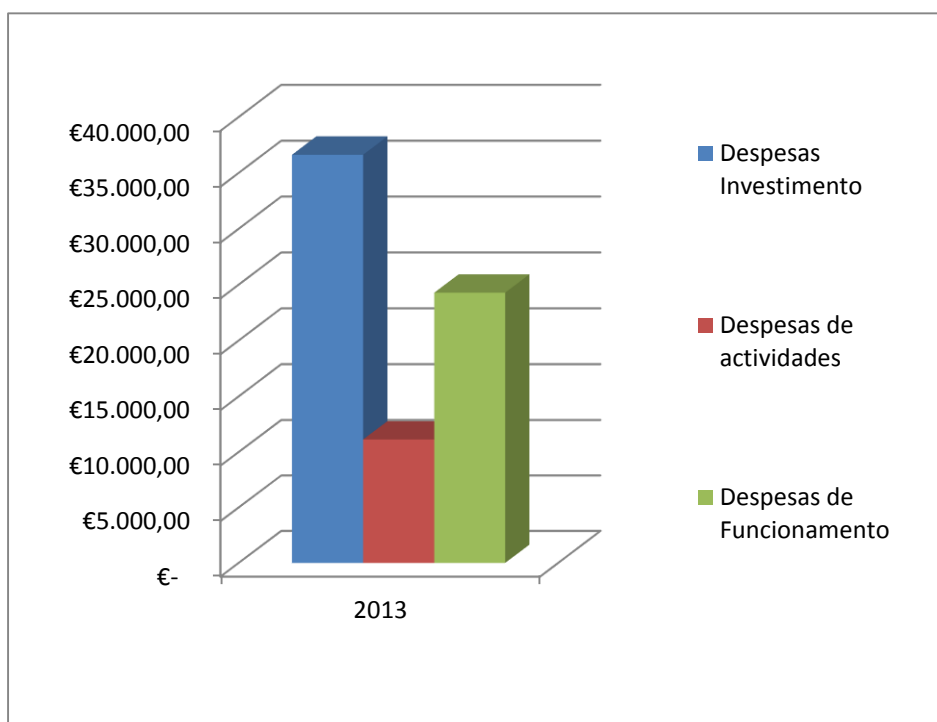


## 4.3 Estrutura da Despesa

No ano de 2013 a despesa total teve a seguinte distribuição na execução do orçamento da Junta:

	Ano 2013
Despesas de funcionamento	€ 24.280,85
Plano de Actividades	€ 11.131,15
Plano de Investimentos	€ 36.624,54
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>€ 72.036,54</b>

### Graficamente:





## **4.4 Resultado**

Analizada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2013, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de € 13.213,51.

Em Operações de Tesouraria não ficaram retidos quaisquer valores na Autarquia.

Resulta assim num saldo de Execução Orçamental de € 13.213,51.

## **4.5 Passivos e Ativos**

### **Passivo financeiro:**

A 31 de Dezembro existiam 4 dívidas a terceiros no valor de € 4.781,24, nomeadamente ao executivo em funções e anterior devido à momentânea falta de verbas causada pela não transferência atempadamente de receitas previstas em protocolos. A Autarquia não possuía nenhum empréstimo contratado.

### **Ativo financeiro:**

A 31 de Dezembro esta Autarquia não possuía receitas efetivadas e não cobradas no entanto possuía um protocolo por receber a restante verba no valor de € 3.000,00.



## **Capítulo IV**

### **5. Divergências e Justificativos**

#### **5.1 Divergências**

Pagamento dos abonos do executivo inferior ao estabelecido por lei devido à complicada situação financeira causada pela falha nas transferências previstas no orçamento. O valor em falta (€ 4.781,24) será pago aos membros do executivo no início do ano de 2014 regularizando a situação.

#### **5.2 Justificativos**

Tendo em conta que no decorrer do ano financeiro de 2013 o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia decorreram quase sem imprevistos, os únicos justificativos adicionais a acrescentar relacionam-se apenas com a divergência no pagamento dos abonos do executivo conforme explicado no ponto anterior.



## Capítulo V

### 6. Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2013 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Cabo da Praia, 02 de Abril de 2014

A Presidente da Junta

---

(Mónica Andreia Simões Brum)